



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –

UEMASUL

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPGI
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, *LATO SENSU*, EM ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO,
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA

LORENA MARQUES GUIMARÃES

**REGISTRAR PARA PROTEGER: um relato de experiência sobre estratégias de
proteção intelectual voltadas à comunicação**

Imperatriz
2025



LORENA MARQUES GUIMARÃES

**REGISTRAR PARA PROTEGER: um relato de experiência sobre estratégias de
proteção intelectual voltadas à comunicação**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para o título de Especialista em Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Orientadora: profa. Dra. Camila Perez da Silva

Imperatriz

2025

LORENA MARQUES GUIMARÃES

REGISTRAR PARA PROTEGER: um relato de experiência sobre estratégias de proteção intelectual voltadas à comunicação

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para o título de Especialista em Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Aprovado em: 02/09/2025

BANCA EXAMINADORA

Camila Perez da Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Edney Loiola

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

José Geraldo Pimentel Neto

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

G963r

Guimarães, Lorena Marques

Registrar para proteger: um relato de experiência sobre estratégias de proteção intelectual voltadas à comunicação. / Lorena Marques Guimarães. – Imperatriz, MA, 2025.

23 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estratégia de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2025.

1. Propriedade intelectual. 2. Relato de experiência. 3. Registro de marca - Empresa júnior. 4. Imperatriz - MA. I. Título.

CDU 39.166.5(812.1)

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB 13/955**

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o percurso de aprendizado no curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, Especialização em Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica. Aborda-se a compreensão aprofundada dos conceitos e práticas relacionados à propriedade intelectual como fator transformador da vivência pessoal da autora. O objetivo é contextualizar a aplicação do conhecimento adquirido e a sua relevância para o desenvolvimento profissional e para o cenário de inovação na universidade, no estado e no país, com base na experiência prática. Partindo de uma observação do cotidiano, com o caso da podcaster Camila Fremder, por exemplo, a principal contribuição deste relatório consiste na sugestão do registro de marca das empresas juniores da UEMASUL, proposta de intervenção pioneira no estado, que visa assegurar o direito de marca à aqueles que estão empreendendo, levando serviços para a comunidade fora da universidade, sem deixar no entanto, de ser resultado ou consequência direta da existência da universidade na região.

Palavras-chave: Relato de experiência; registro de marca; empresa júnior.

ABSTRACT

This article presents an experience report on the learning journey in the Lato Sensu Postgraduate course, Specialization in Innovation Strategies, Industrial Property and Technological Prospecting. It addresses a deep understanding of the concepts and practices related to intellectual property as a transformative factor in the author's personal experience. The objective is to contextualize the application of the knowledge acquired and its relevance for professional development and for the innovation landscape in the university, the state, and the country, based on practical experience. Starting from an observation of everyday life, with the case of podcaster Camila Fremder, for example, the main contribution of this report consists of the suggestion to register the trademarks of UEMASUL's junior companies, a pioneering intervention proposal in the state. This aims to secure trademark rights for those who are starting their businesses and offering services to the community outside the university, without ceasing to be a direct result or consequence of the university's existence in the region.

Keywords: Experience report; Trademark registration; Junior enterprise.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Histórico do processo Claxson Media.....	16
Figura 2 — Pedidos para marca Venus.....	16

LISTA DE SIGLAS

UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
PCT	Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes
NITs	Núcleos de Inovação Tecnológica
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
EPO	European Patent Office
IPC	Classificação Internacional de Patentes
CPC	Classificação Cooperativa de Patentes
PINTEC	Pesquisa de Inovação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA	10
3 ANÁLISE CRÍTICA	12
4 DIFICULDADES E SUGESTÕES	21
5 CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o percurso de aprendizado no curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, Especialização em Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica. A formação em questão me proporcionou uma compreensão aprofundada dos conceitos e práticas relacionados à propriedade industrial, destacando-se como um fator transformador da minha vivência.

Sou formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, atuo como chefe da assessoria de comunicação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), o que a primeira vista pode parecer pouco relacionado a proteção industrial, e mesmo que esta fosse uma premissa verdadeira, ainda assim, seria agraciada com o conhecimento específico desta especialização. Mas fato é que, capacitar o corpo técnico de uma universidade leva estes e a instituição a lugares surpreendentes, traça novas perspectivas e visões, como será bordado aqui, através do meu relato de experiência.

O objetivo principal deste relatório é contextualizar a aplicação do conhecimento adquirido ao longo do curso, demonstrando a sua relevância para o meu desenvolvimento profissional e para o cenário de inovação em diferentes esferas: na universidade, no estado e no país. Avalio esta experiência como um divisor de águas em minha trajetória, no que diz respeito a forma de ver o mundo dos negócios e das invenções humanas, até mesmo a forma de enxergar a universidade. Para tanto, o presente trabalho se baseia, sobretudo, na minha experiência prática vivenciada durante a especialização, com foco em notícias e produtos de telecomunicações.

Coincidentemente, no mesmo tempo/espaço em que se deu o curso de pós-graduação, alguns fatos foram noticiados ou vieram a público, e com base no conhecimento adquirido pude interpretá-los e compreendê-los. A exemplo da possibilidade da licença compulsória¹ de patentes de empresas norte-americanas que atuam em território nacional, como resposta à taxa dos Estados Unidos aplicada a produtos brasileiros, e do caso da podcaster² Camila Fremder, que por engano, foi ao podcast “Vênus Talks”, enquanto acreditava que havia sido convidada pelo “Venus Podcast”, da produtora Flow. A discussão destes e outros casos será feita como demonstração da forma de processamento da realidade, proporcionada pelo conhecimento apreendido na especialização.

¹ Licença compulsória é termo técnico apropriado para o que é comumente chamado de “quebra de patentes”.

² Podcaster refere-se a pessoa que apresenta um podcast.

Assim como na especialização, faz-se necessário neste trabalho, partir do entendimento e distinção de que Propriedade Intelectual refere-se ao conceito amplo que engloba o direito industrial, aquele que protege invenções, marcas, desenho industrial, indicações geográficas, programas de computador e até topografias de circuitos; e também o direito autoral, ligado às obras literárias, artísticas e científicas. Tanto a propriedade industrial quanto o direito autoral versam sobre as criações humanas, protegendo as criações do intelecto humano.

Desde a promulgação do primeiro sistema de patentes do mundo, o de Veneza, em 1474, a atenção dada à propriedade intelectual vem crescendo com o tempo, de modo que, atualmente é inegável que esta área atua como um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social, impulsionando a inovação e garantindo a proteção de ativos intangíveis. “Ativos baseados em conhecimento não são apenas vetores do futuro, mas já compõem o presente da economia brasileira” (INP, 2025).

Embora o conceito de proteção intelectual já tenha surgido acompanhado da ideia de tempo e territorialidade limitadas, prova do valor dado à proteção das invenções humanas na idade moderna e pós modernidade, são as convenções internacionais e a própria Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) que garantem a autonomia dos estados em gerir a sua política de proteção, mas também abrem espaço para acordos como o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), que entrou em vigor em 1978, criando a possibilidade de depósito de patente em diversos países simultaneamente, por meio de um único pedido internacional.

No contexto brasileiro, a propriedade intelectual tem ganhado cada vez mais destaque, tem-se buscado aumentar a conscientização sobre a importância da inovação e da proteção de criações intelectuais. A Lei de Patentes (Lei nº 9.279/96) e a criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades, por meio da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), por exemplo, reforçam o ambiente propício para o desenvolvimento tecnológico e a competitividade. Instituições como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) desempenham um papel crucial na concessão de direitos sobre patentes, marcas, desenhos industriais, entre outros, fomentando esse ambiente.

Para mim, participar da especialização foi na prática alinhar-se a um objetivo nacional. No curso pude conhecer as leis que norteiam as políticas de inovação e também tive contato com profissionais que atuam no INPI. Ter acesso aos profissionais que estão diretamente ligados ao trabalho desta área, e a forma com que o conteúdo foi repassado fizeram com que eu me sentisse parte capaz de promover e contribuir com o processo de inovação na UEMASUL e em outros ambientes.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Na pós-graduação foi adotada a metodologia ativa de ensino, que alinhou as aulas a atividades e relatórios. As aulas, que ocorreram em ambiente virtual, sempre contaram com espaço para participação, dúvidas, sugestões e reflexões sobre os assuntos abordados, integrando acadêmicos e professores. As disciplinas foram cursadas de forma única, não concomitante. As aulas de cada disciplina foram concentradas em dias seguidos até que o conteúdo fosse integralizado, para somente após isso ter início uma nova disciplina.

O relato de experiência foi o modelo de atividade mais exercitado no curso. O caráter “aberto” desse modelo permitiu que nós pudéssemos relatar observações particulares e demonstrar no relato como o conhecimento mais recente se relaciona ao que já havia sido estudado anteriormente, fortalecendo assim a interdisciplinaridade. Além do relato, atividades como a busca patentária, avaliação de pedido hipotético de patente, proposição de indicação geográfica, proposição de indicadores de inovação também foram desenvolvidas e tiveram papel crucial na aplicação prática do conteúdo das disciplinas correspondentes.

Inicialmente, disciplinas como "Tópicos Especiais Sobre Inovação e Propriedade Intelectual" e "Metodologia Científica" estabeleceram uma base sólida, introduzindo conceitos amplos e as ferramentas metodológicas necessárias para a pesquisa e análise crítica. Foi neste momento em que conheci o modelo de trabalho científico relato de experiência. Essa fase inicial foi crucial para contextualizar o universo da inovação e da propriedade intelectual, nos preparando para conhecimentos mais detalhados.

Em seguida, mergulhamos em aspectos mais específicos, como "Sistema de Inovação: Território, Instituições e Atores para a Lógica dos Projetos", que permitiu compreender a dinâmica dos ecossistemas de inovação. A disciplina "Busca Patentária como Ferramenta de Prospecção Tecnológica" e "Redação de Patente: Bases Técnicas e Estratégicas da Escrita" foram fundamentais para o domínio de ferramentas práticas de prospecção e a elaboração de documentos técnicos, respectivamente. Complementarmente, o "Registro de Indicação Geográfica, Marca, Desenho Industrial e Software no Brasil" e "Propriedade Intelectual e Meio Ambiente" ampliaram o escopo da propriedade intelectual para além das patentes, abordando diferentes formas de proteção e a interseção com questões ambientais.

A fase final do curso consolidou nosso aprendizado com disciplinas focadas na aplicação e na gestão estratégica do conhecimento. "Contratos de Tecnologia" ofereceu o arcabouço legal e prático para a formalização de parcerias e a transferência de tecnologia. "Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Transferência de Tecnologia" nos

capacitou na análise e mensuração do impacto das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), enquanto "Valorização e Precificação de Tecnologia" nos forneceu as ferramentas para atribuir valor econômico às inovações.

Essa progressão demonstra a completude do curso, que me habilitou a atuar desde a concepção de projetos de inovação até a sua proteção legal, mensuração de resultados e monetização. Desta forma, a especialização revelou-se uma experiência abrangente e profundamente conectada, que partiu de noções gerais para aprofundar-se em temas específicos e culminar em aplicações práticas essenciais para o cenário atual.

Em todas as disciplinas foram apresentados sistemas, sites, leis e plataformas relacionadas ao assunto abordado. Durante as aulas os professores realizavam a navegação por estes recursos, permitindo indicações nossas para as buscas, em alguns casos durante as aulas. Além disso, de forma frequente indicavam exercícios a serem feitos em casa ou durante a aula, como forma de explorar o recurso de maneira autônoma.

Além do arcabouço teórico e prático das disciplinas, a pós-graduação proporcionou o contato e o aprofundamento no uso de ferramentas essenciais para a atuação no campo da propriedade intelectual e prospecção tecnológica. Essas ferramentas são fundamentais para pesquisa, análise e gestão da inovação:

O Google Patentes foi uma das primeiras ferramentas que tivemos contato, é uma plataforma acessível e intuitiva para a busca de patentes, que permite uma primeira exploração do universo patentário de forma rápida e eficiente. Isso acontece porque a plataforma possui interface do sistema google, que é familiar para nós, usuários do google acadêmico por exemplo.

No mesmo contexto de busca patentária conhecemos em seguida o site Espacenet, desenvolvida pelo European Patent Office (EPO), que consiste em uma base de dados de patentes robusta e abrangente, e oferece acesso a documentos de patentes de diversas jurisdições. No Espacenet estão disponíveis opções de busca mais avançadas e filtros específicos. Utilizando o site desenvolvemos e aplicamos o conhecimento dos códigos de Classificação Internacional de Patentes (IPC) e Classificação Cooperativa de Patentes (CPC), além da estrutura dos documentos de patentes, que se apresenta em ambas as ferramentas.

Para pesquisa e análise de patentes, também tivemos contato com o The Lens, ferramenta que integra dados de patentes com recursos avançados para pesquisa e análise. O The Lens é particularmente útil no processamento das informações sobre patentes por fornecer gráficos e mapas personalizados, de acordo com a navegação do usuário.

O site do INPI e seus bancos de dados tiveram presença forte em várias disciplinas. Por ser a instituição central da propriedade industrial no Brasil, os bancos de dados do INPI incluem patentes, marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador, até contratos de tecnologia e de franquia, sendo a fonte oficial de informações sobre a proteção da propriedade industrial no país. Além disso, o INPI disponibiliza cursos e documentos que explicam os processos de forma aberta a todos os interessados.

Além destas plataformas e sites, também nos apresentaram mecanismos de acompanhamento e mensuração de inovação no país, como é o caso da Pesquisa de Inovação (PINTEC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e que reúne informações sobre as atividades de inovação em empresas brasileiras. A PINTEC analisa indicadores como investimentos em inovação, seus impactos, incentivos e obstáculos para isso, entre outros. Essas fontes são essenciais para a análise do cenário de inovação, a identificação de lacunas e oportunidades, e o embasamento de decisões estratégicas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e transferência de tecnologia.

O conhecimento e a navegação por essas bases são indispensáveis para qualquer profissional da área, incluindo o uso de guias de classificação, também apresentados à turma, como é o caso da Classificação de Nice, que padroniza a classificação de produtos e serviços para fins de registro de marcas; do IPC e CPC, que oferecem códigos de classificação de patentes.

Todos os professores, a formação e currículo deles são outro ponto de destaque no curso. Tivemos contato com pessoas que atuam diretamente no INPI, pessoas que fazem, constroem a inovação dia a dia, seja por meio de avaliações técnicas, palestras ou cursos que promovem. Além destes, os professores da casa foram de grande importância na aproximação do conteúdo à nossa realidade, com exemplos e contextos nossos. Destaco ainda o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da universidade, como a maior presença que tivemos no curso, desde o início fomos apresentados ao núcleo, suas competências, processos e estrutura.

3 ANÁLISE CRÍTICA

Nesta estrutura de matriz curricular do curso, o conhecimento e assuntos abordados partiram de um ponto amplo, com noções gerais que eram essenciais, seguiram para assuntos específicos que se complementam e são igualmente necessários a um especialista em estratégias de inovação, propriedade industrial e prospecção tecnológica, aumentando substancialmente o aprendizado.

Até as plataformas de busca patentária foram apresentadas em uma ordem que respeitou nosso desenvolvimento, iniciando por ferramentas mais familiares e simples e se aprofundando até ferramentas mais técnicas e abrangentes em recursos e informações. Isso fez com que eu absorvesse o conteúdo de forma gradual e sem tanta dificuldade, mesmo estudando uma área do conhecimento totalmente nova para mim, que até então possuía curso Técnico em Alimentos e graduação em Jornalismo.

Em todas as aulas e disciplinas a apresentação do conteúdo, realizada pelos professores contou com espaço para dúvidas, comentários e reflexões. Colegas realizavam comentários e dúvidas que se relacionavam, formando um misto de mais aprendizagem. Me senti confortável e participei frequentemente das aulas, fiz comentários e tirei dúvidas em quase todas as disciplinas, exceto uma em que, infelizmente, alguns comentários do professor, direcionados a outros colegas me desmotivaram quanto as participações.

Além do conhecimento técnico e das ferramentas, um dos aspectos mais enriquecedores da pós-graduação foi o contato direto com profissionais que atuam na linha de frente da propriedade intelectual e inovação. A oportunidade de interagir com especialistas do INPI e de outras universidades, que vivem o dia a dia da área, proporcionou uma visão prática e aprofundada, complementando a teoria com a realidade do mercado e das instituições. Essa troca de experiências foi fundamental para compreender os desafios e as oportunidades do setor, além de construir uma valiosa rede de contatos.

Paralelamente, o papel dos professores da própria UEMASUL foi igualmente crucial. Eles não apenas transmitiram o conhecimento técnico, mas também souberam contextualizar cada disciplina à nossa realidade local e regional. Essa abordagem foi essencial para nos mostrar que somos plenamente capazes de aplicar os conceitos aprendidos em nosso próprio ambiente, desmistificando a complexidade da propriedade intelectual e da prospecção tecnológica. Mais do que isso, a orientação e o apoio desses professores nos capacitaram a identificar e saber exatamente a quem recorrer dentro da UEMASUL para tratar de assuntos relacionados a essa área, consolidando um caminho claro para a aplicação prática do aprendizado e para o fomento da inovação em nossa instituição.

O curso de especialização com proposta de desenvolvimento em 6 meses ininterruptos foi imediatamente bem recebido por mim, desde a divulgação. O fato de ter aulas no período noturno todos os dias da semana, é claro que se caracterizava como uma dificuldade a ser enfrentada no curso, tendo sido essa a única preocupação que tive antes de iniciar efetivamente. Mas já no primeiro encontro me senti mais tranquila ao ver que havia uma abertura por parte

da direção de curso, para adaptações dos planos de aulas e exercícios no sentido de manter sempre o diálogo e uma metodologia acessível a todos os participantes.

Uma especialização destinada especificamente aos servidores carrega consigo a ideia de valorização, além é claro da abertura de oportunidades. Foi com este sentimento que me inscrevi e iniciei o curso. Apenas no decorrer das aulas entendi que esta é também uma estratégia da universidade que em minha análise é a que mais cresce no Maranhão, de se preparar para o futuro e começar desde já a mudar a realidade local. Afirmo isso relembrando o fato de sermos a primeira universidade do Maranhão a celebrar um contrato de transferência de tecnologia. Portanto, passei a enxergar esta iniciativa como um esforço da UEMASUL em formar profissionais capacitados para a inovação, e ter um grupo de profissionais, não reunidos, mas em suas respectivas áreas de atuação, preparados para identificar possibilidades de inovação, independentes do NIT, o que de forma indireta fortalece o núcleo e a universidade, além é claro de os próprios servidores que agora capacitados ampliam seu escopo de atuação.

Enxergar os ativos intangíveis e analisá-los traz de fato uma vivência diferente e contextualizações que passam despercebidas a quem não está atento à propriedade intelectual. A exemplo da possibilidade de licença compulsória das patentes de empresas americanas que atuam em território nacional, como resposta à taxação dos Estados Unidos aplicada a produtos brasileiros, embora nada desta natureza tenha sido executado até o momento, pude entender que esta seria uma medida forte, com impactos financeiros e consequências em cadeias produtivas e distribuições de royalties. É esta análise e o conhecimento de como funcionaria na prática, que me fez assimilar os comentários dos analistas ao afirmarem, sempre que consultados por jornalistas, que esta medida escalaria o conflito.

Nós jornalistas estamos habituados a lidar com diferentes tipos de fontes de informação, entre elas a fonte documental, bancos de dados e relatórios são de forma recorrente utilizados, mas mesmo atuando em emissoras de televisão e escrevendo reportagens nunca me deparei no dia a dia com as bases de dados e ferramentas que conheci na especialização. A habilidade de pesquisa em bases especializadas, como as do INPI e aquelas internacionais é totalmente inédita para mim, saber buscar e analisar informações estratégicas desta natureza com toda certeza será um diferencial enquanto jornalista, seja na assessoria, produção ou redação.

Durante a maior parte do curso, imaginei-me encontrando oportunidades e realizando pedidos de marca ou patentes. No entanto, uma notícia recente me fez notar que posso, a partir de agora, escrever reportagens especializadas nesta área, pois existe uma abertura e muito conteúdo a ser descoberto. A exemplo disso, temos uma notícia do início do mês de agosto que revela que Michelle Bolsonaro possui 89 pedidos de registro de marcas junto ao INPI.

Michelle Bolsonaro explicou que os pedidos foram feitos para 'proteger' seu nome e evitar que ele seja associado a produtos incompatíveis com seus valores, como cigarros, vapes e bebidas alcoólicas. Contudo, a lista de pedidos é notavelmente extensa e abrange categorias diversas como cosméticos, sapatos, acessórios, e até mesmo a marca 'MB Vinhos'. Além disso, a ex-primeira-dama registrou nomes como 'Michelle Bolsonaro', 'Jair Bolsonaro', 'Bolsonaro', 'Bolsonaro Mito' e 'Bolsomito' para uma gama variada de produtos, incluindo armas de fogo e munições.

Este fato, que certamente passa despercebido à maioria dos jornalistas, demonstra a importância de um olhar especializado em propriedade intelectual. Apenas alguém com o conhecimento aprofundado nestes assuntos estaria atento o suficiente para buscar e escrever sobre tais fatos, que interessam ao público e são relevantes na dinâmica econômica de alguns setores relacionados, revelando a necessidade de uma cobertura jornalística mais especializada e informada sobre propriedade intelectual.

Além da leitura da realidade, o raciocínio estratégico também foi exercitado, e outro fato que será mencionado a seguir me fez refletir sobre estratégias e erros que cercam produtos de telecomunicações, como é o caso que ficou notoriamente conhecido em julho deste ano. A podcaster Camila Fremder foi, por engano, ao podcast Venus Talk, enquanto acreditava que havia sido convidada pelo podcast Venus, da produtora Flow. Ao relatar a experiência, cortes do programa repercutiram nas redes, com comentários que misturavam vergonha alheia com críticas ao uso que um podcast menor faz do nome de um podcast maior e mais antigo.

O podcast Venus Day Talks teve seu primeiro episódio publicado no youtube dia 8 de agosto de 2024³, enquanto Venus Podcast teve a primeira transmissão no dia 26 de janeiro de 2021⁴. No entanto, ambos os podcasts gozam do mesmo direito de uso da marca: nenhum. Pois ao que consta na base de dados do INPI nenhum dos dois é detentor de registro de marca Venus ou Vênus para a categoria 38 (classificação de nice) referente a telecomunicações.

A empresa Claxson Media LLC mantém, desde 21 de outubro de 1997, o direito de uso da marca Venus, de apresentação mista, na categoria Telecomunicações. Direito este (processo número 817646469) que já foi contestado por Rádio Cruzeiro de Venâncio Aires LTDA – EPP, via petição de caducidade em 2018, porém indeferido mediante comprovação do uso da marca pela detentora do direito.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jToBTIpu6z8>. Acessado em: 29 ago. 2025.

⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7II2zk_XQCo. Acessado em: 29 ago. 2025.

Figura 1 — Histórico do processo Claxson Media











RPI	Data RPI	Despacho	Certificado	Inteiro Teor	Complemento do Despacho
2531	09/07/2019	Indeferimento da petição	-	-	Protocolo: 850180413239 (10/12/2018) Petição (tipo): Caducidade (337.1) Titular(es): RÁDIO CRUZEIRO DE VENÂNCIO AIRES LTDA - EPP Procurador: Claci Maria Angnes Falkembach Detalhes do despacho: Comprovado o uso efetivo da marca nas provas trazidas através da petição de manifestação ou contestação à caducidade. Comprovado o uso da marca mista por meio de cópias de documentos comerciais (faturas), complementadas por contratos de licenciamento de marca e conteúdo.
2514	12/03/2019	Deferimento da petição	-	-	Protocolo: 850190053180 (21/02/2019) Petição (tipo): Anotação de transferência de titularidade decorrente de fusão (349.3) Procurador: DIAS TEIXEIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS Cessionário: CLAXSON MEDIA LLC
2503	26/12/2018	Notificação de caducidade	-	-	Protocolo: 850180413239 (10/12/2018) Petição (tipo): Caducidade (337.1) Requerente(es): RÁDIO CRUZEIRO DE VENÂNCIO AIRES LTDA - EPP Procurador: Claci Maria Angnes Falkembach
2441	17/10/2017	Deferimento da petição	-	-	Protocolo: 800170315658 (25/09/2017) Petição (tipo): Prorrogação de registro de marca e expedição de certificado no prazo ordinário (374.5) Titular: VENUS TV, INC. Procurador: DIAS TEIXEIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
1987	03/02/2009	990	-	-	PRORROGADO CONFORME RESOLUÇÃO 123 DE 06/01/2006, PUBLICADA NA RPI 1829, DE 24/01/2006.
1906	17/07/2007	565	-	-	CED.1 - IMAGEN SATELITAL S.A.
1403	21/10/1997	400	-	-	
1381	20/05/1997	351	-	-	*INT. FRANCO, B.B. E NOVAES
1358	10/12/1996	300	-	-	* INT FRANCO BHERING BARBOSA & NOVAES
1336	09/07/1996	261	-	-	* INT FRANCO BHERING BARBOSA & NOVAES
1293	12/09/1995	286	-	-	ATE DECISAO FINAL DO PED. DE CADUCIDADE DO REGISTRO N. 814623808 * INT FRANCO BHERING BARBOSA & NOVAES
1264	21/02/1995	210	-	-	INDEFERIMENTO *INT FRANCO BHERING BARBOSA E NOVAES
1233	19/07/1994	100	-	-	ITEM 17 DO ART 65 DO CPI REG 814623808 *INT. FRANCO, BHERING, BARBOSA E NOVAES

Dados atualizados até **26/08/2025** - Nº da Revista: **2851**

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2025).

Embora a produtora Flow tenha iniciado um processo em 2022, período em que a 11ª edição da classificação de Nice estava vigente, o mesmo foi arquivado. Em 2024, já com a 12ª edição, a produtora realizou um novo depósito e o processo atualmente aguarda exame de mérito do INPI. No processo número 937181935, porém, já constam duas petições de contestação. Já o Vênus Day Talks deu entrada no pedido de registro apenas dia 26 de agosto de 2025.

Figura 2 — Pedidos para marca Venus

917118731	12/04/2019	 VENUS		Registro de marca em vigor	CLAXSON MEDIA LLC	NCL(11) 38
927275317	13/07/2022	 Venus		Pedido definitivamente arquivado	FLOW PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL LTDA	NCL(11) 38
93125961424	07/2023	 VENUS TELECOM		Aguardando apresentação e exame de recurso contra o indeferimento	M C DA CUNHA	NCL(12) 38
937181935	28/11/2024	 Venus		Aguardando exame de mérito	FLOW PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL LTDA	NCL(12) 38
94033128401	08/2025	 vênus day talks		Aguardando prazo de apresentação de oposição	MATURIDADE CONTEÚDO, EVENTOS E SERVIÇOS LTDA.	NCL(12) 38

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2025).

Nota-se que a produção do Vênus Day Talks cometeu erros sucessivos. Inicialmente, ao não pesquisar a existência de um podcast já consolidado ou por ignorá-lo, optou por desenvolver um produto com o mesmo nome e voltado ao mesmo nicho, com a proposta de ser um podcast feminino, feito por e para mulheres, em formato de bate papo com convidadas. Nesta primeira análise, mesmo que desconsiderando a questão legal do registro de marca, há um grande desafio de comunicação posto: criar uma identidade visual própria que possa distingui-lo do já conhecido Venus Podcast, criado 3 anos antes.

Mesmo que escolhendo aceitar o desafio ou considerando vantajosa a similaridade, seguir com o nome sem a possibilidade do registro de marca, expõe todo o trabalho que viria a ser desenvolvido de criação de identidade visual e consolidação da comunicação ao risco de modificar-se, por força da lei, em decorrência do uso indevido de marca já registrada.

Uma vez criticado e exposto, o podcast teve ali mais um momento crucial em sua trajetória, que poderia marcar um ponto de virada. Com tamanha visibilidade gerada pelo caso do engano da convidada, uma estratégia que poderia ser utilizada é o aproveitamento do momento para um reposicionamento de marca, criando outra que não fosse visada ou estivesse em disputa por pelo menos 3 agentes: Claxson, Rádio Cruzeiro e Flow.

A medida poderia sim ser bem recebida pela audiência desde que o discurso vinculado a ela fosse bom e convincente. Desde que vinculasse o reposicionamento a uma noção de humildade e atenção aos telespectadores. A mudança geraria ainda mais leads, mais tempo de exposição na mídia e por consequência possíveis novos seguidores. As pessoas seriam novamente guiadas ao canal, desta vez para ver o que ele teria a dizer, enquanto produto novo e original.

Por meio das aulas, conhecimento e exemplos observados, aprendi que é fundamental o pensamento do produto junto a marca. Ao passo em que se desenha um produto de telecomunicação é fundamental verificar a disponibilidade e publicar o pedido de registro de marca. Deixar para depois pode fazer com que o seu produto, mesmo que reconhecido e com sucesso, não tenha direito a marca. Por outro lado, uma marca bem construída e registrada pode ser licenciada e gerar receita por meio de royalties para aqueles que detém o direito sobre ela. A ausência de proteção pode levar à apropriação indevida, à perda de mercado e à desvalorização do esforço criativo e do investimento em P&D. O caso dos podcasts é um exemplo prático desta lição aprendida no curso.

É pensando nisso que surge a proposta de intervenção, ou melhor, a aplicação do conhecimento adquirido por esta assessora de comunicação, no ambiente da UEMASUL. A lei

9279, na seção II veda o registro de sigla ou nome de instituições públicas, se não for solicitado pelo órgão. Desta forma, entende-se que o nome e sigla da universidade estão, por natureza, protegidos. Estes seriam por lógica os primeiros objetos com os quais me preocupo e cuido, enquanto assessora de comunicação.

Mas a universidade, em seu espaço amplo e plural, abriga outras iniciativas dotadas de cnpj, a exemplo disso, estão as Empresas Juniores (EJ's). O movimento de empresas juniores no Brasil vem crescendo de forma considerável, e as EJ's da UEMASUL vem se destacando no cenário nacional. Portanto, é preciso que se garanta e registre a marca destas empresas. O registro garantirá que poderão desfrutar do sucesso da iniciativa sem correr o risco de que em algum momento precisem mudar sua marca. Além disso, agregará valor ao trabalho das empresas e lançará pioneirismo neste segmento.

Portanto, registrar tais marcas contribui para as mesmas e para universidade ao passo em que as EJ's por vezes são ponte entre a universidade e o mercado ou a universidade e a comunidade; é contribuir para o reflexo da inovação dentro da UEMASUL, e fortalecerá o know-how de ambas. A exemplo de proteção, a Ecoagra, empresa júnior dos cursos do Centro de Ciências Agrárias, poderá solicitar o registro de marca para a categoria de serviços 44, referente a “serviços médicos; serviços veterinários; serviços de higiene e beleza para seres humanos ou animais; serviços de agricultura, de horticultura e de silvicultura” (INPI, 2025).

As empresas juniores, por sua natureza, são ambientes de experimentação e aprendizado, onde os alunos desenvolvem projetos e oferecem serviços à comunidade. No entanto, muitas vezes, a preocupação com a proteção da propriedade intelectual de seus projetos e de suas próprias marcas é negligenciada. A iniciativa de propor o registro de marca para essas entidades visa preencher essa lacuna, garantindo que o valor construído por meio de seus projetos e serviços seja reconhecido e protegido legalmente. Essa proposta não apenas protege o patrimônio das empresas juniores, mas também serve como um projeto piloto que pode ser replicado em outras instituições de ensino, fomentando a cultura da propriedade intelectual desde a graduação.

O registro protege a EJ de empresas de qualquer tamanho, garante que hoje, enquanto iniciativa estudantil, já seja dotada de proteção legal, não sendo inferior a nenhum outro CNPJ. Além disso, possibilita a existência de um ativo intangível para a empresa, que pode ser licenciado futuramente.

A mesma lógica de valor dos ativos intangíveis pode ser aplicada ainda a produtos da Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa, à Extensão e à Sustentabilidade (FAEPES). Uma vez que os projetos de pesquisa, extensão e inovação gerem resultados capazes de serem

comercializados, a fundação pode comercializá-los, e para isso, é importante registrar além das patentes, as marcas dos produtos a fim de protegê-los e abrir caminho para valorização e negociação destes ativos intangíveis. Desta forma, agregando valor, a universidade obtém mais uma fonte para reinvestimento em seus projetos e/ou iniciativas.

A experiência vivenciada no curso de Pós-Graduação em Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica representou um marco significativo em minha trajetória acadêmica e profissional. Antes da especialização, minha percepção sobre a propriedade intelectual era limitada. O conhecimento prévio se resumia a noções básicas sobre o registro de marcas e patentes como formas de garantir exclusividade, sem uma compreensão aprofundada de seu papel estratégico no desenvolvimento econômico e social. Essa lacuna de conhecimento é comum, refletindo uma realidade brasileira onde a cultura da propriedade intelectual ainda está em processo de consolidação, como pude ver ao me deparar com os dados nacionais.

O curso, no entanto, promoveu uma verdadeira transformação nessa perspectiva. A propriedade intelectual deixou de ser vista como um conjunto isolado de normas e passou a ser compreendida como um ecossistema complexo e dinâmico, intrinsecamente ligado à inovação, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento tecnológico. A visão proporcionada pelas disciplinas me permitiu conectar os pontos entre a criação intelectual, sua proteção legal e seu impacto no mercado e na sociedade.

A compreensão de que a PI é um ativo intangível de valor inestimável, capaz de gerar riqueza, impulsionar a competitividade e fomentar o progresso, foi um dos maiores aprendizados. Um dos aspectos mais impactantes da especialização foi a capacidade de integrar os conceitos teóricos com a realidade prática, especialmente no contexto da universidade e do estado do Maranhão. A UEMASUL, como instituição de ensino superior, desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional, e a propriedade intelectual surge como uma ferramenta poderosa para potencializar esse impacto.

Percebi que a universidade não é apenas um centro de produção de conhecimento e um ambiente propício para a inovação, mas que estas criações podem ser protegidas e transferidas para a sociedade, gerando benefícios econômicos e sociais. Entendi que é possível que a universidade obtenha receita, através de contratos firmados, e desta forma, a universidade além de cumprir o seu papel e gerar inovação, também obtém recursos para reinvestir.

A proposta de registro de marca para as empresas juniores da UEMASUL, por exemplo, nasceu dessa percepção, demonstrando a aplicabilidade direta do conhecimento adquirido na resolução de problemas reais e na criação de valor para a comunidade acadêmica e externa. Isto

vem a partir de um aprimoramento significativo da minha capacidade analítica, permitindo a identificação de oportunidades e desafios no campo da propriedade intelectual em meu ambiente de trabalho.

Por fim, a experiência pode culminar na publicação de artigos científicos e estudos de caso sobre a importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento de empresas juniores e para o fomento à inovação em universidades. Esses trabalhos acadêmicos contribuirão para a literatura da área, compartilhando as lições aprendidas e os resultados alcançados com a proposta de intervenção. A disseminação do conhecimento por meio de publicações científicas é fundamental para inspirar outras instituições e para fortalecer o debate sobre a propriedade intelectual no contexto universitário.

A forma como a pós-graduação foi desenvolvida me gerou a autoconfiança para atuar em projetos relacionados à propriedade intelectual e inovação, abrindo novas perspectivas de atuação profissional. A experiência também ressaltou a importância da educação continuada e da atualização constante em um campo tão dinâmico como a comunicação e a propriedade intelectual. Essa busca contínua por conhecimento é um reflexo do impacto transformador da especialização em minha trajetória.

Em síntese, avalio o curso de forma extremamente positiva. A especialização não apenas preencheu lacunas de conhecimento, mas também proporcionou uma nova lente para enxergar o mundo da inovação e do empreendedorismo. A propriedade intelectual, antes um conceito abstrato, tornou-se uma ferramenta concreta e estratégica, capaz de impulsionar o desenvolvimento e gerar impacto positivo na sociedade.

A especialização não se limitou a adicionar um título ao currículo, mas promoveu uma reestruturação profunda do repertório de conhecimentos e do conjunto de habilidades, me preparando para atuar de forma mais estratégica e eficaz em um mercado de trabalho em constante evolução e cada vez mais demandante por profissionais com expertise em inovação.

Em termos de formação acadêmica, o curso proporcionou um aprofundamento teórico e prático em temas cruciais para a compreensão do cenário contemporâneo. A capacidade de realizar pesquisas em bases de dados especializadas, de analisar criticamente informações complexas e de sintetizar conhecimentos de diversas fontes foi aprimorada.

No âmbito profissional, a contribuição do curso é ainda mais palpável. Adquiri uma visão estratégica sobre a propriedade industrial, compreendendo-a não apenas como um conjunto de direitos legais, mas como uma ferramenta de gestão e um diferencial competitivo para empresas e instituições. A capacidade de identificar oportunidades de proteção de ativos intelectuais, de avaliar o potencial de mercado de inovações e de desenvolver estratégias para

a gestão de portfólios de PI são competências que foram desenvolvidas e que são altamente valorizadas no mercado.

A experiência adquirida serve como base sólida para futuras atuações em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, tanto no setor público quanto no privado. Me sinto preparada para contribuir ativamente para o fortalecimento do ecossistema de inovação, seja por meio da proteção de novas criações, da transferência de tecnologia ou da disseminação da cultura da propriedade intelectual, por meio do jornalismo.

4 DIFICULDADES E SUGESTÕES

Tive dificuldades em cumprir os prazos dos trabalhos, não por prazo de entrega curto, mas pela minha dinâmica e a rotina. Cheguei a acumular atividades de três disciplinas pendentes, não era o que eu pretendia, mas foi o que pude desenvolver. Aquele que era meu medo inicial se confirmou ser o único problema, a gestão de tempo, mas graças ao curso e a forma como foi desenvolvido acabei conseguindo acompanhar e realizar tudo o que foi solicitado.

Algumas disciplinas não tinham conteúdo no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), por conteúdo não quero dizer orientações de atividades, mas sim o que será visto naquela disciplina. Vejo isso como um ponto a ser melhorado e sugiro que, independente da dinâmica da disciplina, tenhamos a ementa da disciplina no SIGAA. Apesar disso, não me considero prejudicada pela ausência, vejo apenas como um complemento importante.

5 CONCLUSÃO

Em síntese, o percurso de aprendizado no curso de Pós-Graduação em Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica representou uma jornada transformadora para mim. A especialização proporcionou uma compreensão aprofundada da propriedade intelectual não apenas como algo abstrato que se resumia a noções rasas sobre patente, mas como um vetor estratégico e indispensável para o impulsionamento da inovação, do desenvolvimento econômico e social.

Essa nova perspectiva, aliada à capacidade de aplicar o conhecimento adquirido em contextos práticos e desafiadores, como a proposta de registro de marca para as empresas juniores da UEMASUL, demonstra a relevância e o impacto direto da formação na minha vivência. As discussões em sala de aula, a interação constante e produtiva com professores e

colegas, e a utilização de diversas ferramentas e recursos, foram elementos fundamentais para a consolidação das aprendizagens. A metodologia de ensino, que combinou teoria e prática, estudos de caso e atividades colaborativas, permitiu que eu desenvolvesse uma visão holística e multidisciplinar sobre a propriedade intelectual, me capacitando a transitar entre os aspectos jurídicos, técnicos, econômicos e estratégicos da área. A experiência de elaborar relatos de experiência sobre cada disciplina, por exemplo, foi crucial para a reflexão crítica e a internalização dos conceitos.

A proposta de intervenção para o registro de marca das empresas juniores da UEMASUL é a materialização do conhecimento adquirido e da visão estratégica desenvolvida. Essa iniciativa, pioneira no estado, não apenas visa proteger o patrimônio intelectual dessas entidades, mas também serve como um catalisador para a disseminação da cultura da propriedade intelectual no ambiente universitário. A replicação desse modelo em outras instituições de ensino superior no Brasil pode contribuir significativamente para o fortalecimento do movimento empresa júnior e para a formação de uma nova geração de profissionais conscientes da importância da PI para o desenvolvimento de seus projetos e negócios.

Em última análise, o TCC em formato de relato de experiência não é apenas um documento acadêmico, mas um testemunho do impacto transformador da educação continuada e da busca por conhecimento especializado. Concluo esta especialização não apenas com um diploma, mas com uma nova lente para enxergar o mundo da inovação, com habilidades aprimoradas e com o compromisso de contribuir ativamente para o fortalecimento do ecossistema de propriedade intelectual no Brasil. Em um cenário global cada vez mais competitivo e digital, onde a inovação é a moeda de troca, a capacidade de proteger as criações intelectuais se torna um diferencial estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **O Brasil no cenário global de investimentos em intangíveis**: como o país se posiciona frente às principais economias na nova fronteira de investimentos. Rio de Janeiro: INPI, Coordenação-Geral de Economia e Inovação, 2025.